



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO
SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – COFEHIDRO



Rua Bela Cintra, 847 - Consolação - São Paulo-SP.

ATA EXECUTIVA

2ª. Reunião Extraordinária do COFEHIDRO de 2015.

Data e horário: 23 de julho de 2015, às 14h00.

Local: Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos.

Rua Bela Cintra, 847, 14º Andar - São Paulo-SP - Sala dos Conselhos.

Conselheiros e Conselheiras participantes:

Conselheiros pelo segmento Governo do Estado de São Paulo:

- Benedito Braga, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Presidente do COFEHIDRO;
- Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do COFEHIDRO;
- Lurdes M. Torres, Secretária de Meio Ambiente;
- Antonio Vaz Serralha, Secretária da Fazenda.

Conselheiros pelo Segmento Municípios:

- Maria Antonieta de Brito, P.M. de Guarujá,
- Ricardo da Silva Sobrinho, P.M. de Santo Antônio da Alegria,
- Ricardo Pinheiro Santana, P.M. de Assis,
- José Alberto Gimenez, P.M. de Sertãozinho,
- Ana Maria Gouvea, P.M. de Piquete,
- João Cury, P.M. de Botucatu,
- Ednilson de Almeida, P.M. Salesópolis
- Sidnei Caio da Silva Junqueira – P.M. Presidente Epitácio

Conselheiros pelo Segmento Sociedade Civil Organizada:

- Gilmar Ogawa – FAESP;
- Anícia Baptistello Pio – FIESP,
- André Elia Neto, ÚNICA,
- Cláudio Bedran - ONG Planeta Verde,
- Marcio Gonçalves Oliveira – ABES.
- Luis Filipi Rodrigues - ASSEMAE

30 **1. ABERTURA.**

31 Benedito Braga, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Presidente do
32 COFEHIDRO agradeceu as presenças e deu início aos trabalhos. Na sequência
33 solicitou a alteração de pauta, transferindo os itens 4.7 – Proposta de Deliberação
34 COFEHIDRO que aprova alterações no Plano de Aplicação de Recursos do
35 FEHIDRO para 2015 e 4.8 – Proposta de Deliberação COFEHIDRO que aprova o
36 Programa Especial de Fomento para redução da demanda hídrica em áreas sob
37 escassez críticas, para itens 4.4 e 4.8, o que foi aprovado por todos.

38 **2. APROVAÇÃO DA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015**
39 **COFEHIDRO, REALIZADA EM 04.03.2015.**

40 Aprovada por unanimidade.

41 **3. COMUNICAÇÕES.**

42 O Presidente passou a palavra para o Secretário Executivo que informou aos
43 Conselheiros à respeito da reestruturação do Fundo, que o Termo de Referência
44 encontra-se bastante adiantado, salientando que seria muito importante um Grupo de
45 Acompanhamento composto por representantes de cada segmento, para
46 acompanhar o assunto junto com a Secretaria Executiva. Desta forma, ao final da
47 reunião os representantes por segmento, escolhidos entre os Conselheiros foram:
48 pelo Estado a Sra. Lurdes M. Torres da Secretaria de Meio Ambiente; pelos
49 Municípios a Sra. Ana Maria Gouvea, da P.M. de Piquete; e pela Sociedade Civil a
50 Sra. Anícia Baptistello Pio da FIESP

51 **4. DELIBERAÇÕES.**

52 **4.1) Referendum à Deliberação COFEHIDRO nº 151, de 23.03.2015 que “Altera**
53 **prazos da Deliberação COFEHIDRO nº 145, de 30 de maio de 2014, referente ao**
54 **envio de pareceres e assinatura dos contratos FEHIDRO.”**

55 Foi esclarecido aos Conselheiros que havia se estabelecido anteriormente datas
56 macros para os procedimentos de aprovação e contratação de empreendimentos,
57 porém no início do ano foi verificado que a observância dos prazos estabelecidos
58 acarretaria a perda de diversos empreendimentos em tramitação. Desta forma, novos
59 prazos foram estabelecidos tentando-se evitar ao máximo retrabalho por parte de
60 todos os envolvidos no sistema. Submetida à votação a Deliberação foi aprovada por
61 unanimidade.

62 **4.2) Referendum à Deliberação COFEHIDRO nº 152, de 02.04.2015 que “Dispõe**
63 **sobre alteração da Deliberação COFEHIDRO nº 149 e dá outras providências.”**

64 O Secretário Executivo esclareceu aos Conselheiros que no momento da aprovação
65 da Deliberação que estipulou alguns valores mínimos de projetos com recursos de
66 2015, o Conselho não tinha conhecimento de que já haviam muitos empreendimentos
67 em andamento no âmbito dos Colegiados e que não atendiam os valores mínimos
68 estipulados. Desta forma a Deliberação alterou os incisos que tratavam dos valores
69 mínimos no sentido de não serem aplicáveis aos empreendimentos que já
70 estivessem em andamento. Submetida à votação a Deliberação foi aprovada por

71 unanimidade.

72

73 **4.3) Referendum à Deliberação COFEHIDRO nº 153, de 03.06.2015 que**
74 **“Restaura o Contrato FEHIDRO nº 045/2009, e retira suas Inadimplências**
75 **Técnica e Financeira”.**

76 Após as devidas explicações do Secretário Executivo a Deliberação foi colocada em
77 votação pelo Presidente e aprovada por unanimidade.

78 **4.7) Deliberação COFEHIDRO nº 154, de 23 de julho de 2015 que “Aprova**
79 **alterações no Plano de Aplicação de Recursos do FEHIDRO para 2015 e dá**
80 **outras providências”.**

81 O Secretário Executivo apresentou a proposta tendo em vista que na reunião
82 COFEHIDRO anterior houve extensa discussão e por maioria foi aprovada a criação
83 de uma reserva para operações com retorno, de forma a direcionar recursos do
84 FEHIDRO para uma operação mais ágil focando em empreendimentos que
85 pudessem efetivamente reduzir a demanda de água, beneficiando pessoas físicas de
86 direito privado, mitigando a crise hídrica e contribuindo para uma cultura de uso
87 racional da água. Em razão das diversas interações havidas pela Secretaria
88 Executiva e pelo Presidente do COFEHIDRO no período que antecedeu essa
89 reunião, a proposta atual é reduzir em 60% a verba dos Comitês de Bacias
90 anteriormente alocada para a reserva para operações com retorno, sendo tais valores
91 liberados para aplicação pelos colegiados nas indicações previamente estabelecidas
92 para a carteira de suplentes, mantendo-se 40% destinados ao projeto piloto. Nas
93 considerações dos Conselheiros e Conselheiras a Prefeita de Piquete Ana Maria
94 Gouvea e Coordenadora do Fórum Paulista dos CBHs disse que seria interessante
95 que antes de pensarem em distribuir recursos para entes fora do sistema pensassem
96 em incentivar mais a forma original de constituição dos CBHs focando na formação
97 tripartite e, por princípio de forma que os recursos deveriam voltar para beneficiar
98 cada bacia hidrográfica. Nos debates entre seus pares acataram a proposta da
99 Secretaria que valeria a pena em termos de projeto piloto incentivar a participação
100 dos usuários privados. O Prefeito de Sertãozinho José Alberto Gimenez continuou
101 com sua posição manifesta na reunião anterior de discordância na utilização dos
102 recursos para entes privados. O Secretário Executivo chamou atenção para uma
103 questão que talvez não tivesse sido observada, ou seja, que os recursos destinados
104 para a aplicação (na Linha A do Programa de Fomento) poderão alavancar a
105 captação de um recurso muito maior pois a Agência de Fomento captará outros
106 recursos de outra fonte de financiamento, o BNDES. O Prefeito de Botucatu João
107 Cury elogiou a iniciativa do Programa de Fomento previsto com a reserva para
108 operações com retorno, considerando inovadora, e que trará sim benefício para as
109 bacias, porém demonstrou preocupação que a essa aplicação de recursos fosse
110 repetida todos os anos, e solicitou a possibilidade da área de abrangência de
111 escassez hídrica ser estendida além do proposto original nas quatro regiões de forma
112 a beneficiar igualmente o empreendedor litorâneo e interiorano. Parabenizou também
113 a iniciativa de reformulação do FEHIDRO porque as dificuldades atuais são enormes
114 para acessar os recursos exemplificando que parece um tesouro no fundo do mar
115 sabe-se que está lá mas não consegue acessá-lo. O Presidente afirmou tratar-se de
116 proposta piloto específica para esse exercício enfatizando o foco para a iniciativa
117 privada de não tem canais de apoio para mitigar a crise de disponibilidade hídrica.
118 Sobre a proposta relativa à área de abrangência manifestou que o diálogo continua
119 aberto. Submetida à votação a Deliberação foi aprovada na forma proposta,

120 computando-se dois votos contrários, dos Conselheiros Sr. José Alberto Gimenez,
121 Prefeito de Sertãozinho e do Sr. Cláudio Bedran da ONG Planeta Verde.

122 **4.8) Deliberação COFEHIDRO nº155, de 23 de julho de 2015 que “Aprova o**
123 **Programa Especial de Fomento para redução da demanda hídrica em áreas sob**
124 **escassez críticas”.**

125 O Secretário apresentou os principais pontos do Programa Especial de Fomento para
126 redução da demanda hídrica, destacando da apresentação, que onde consta na
127 redação “águas superficiais” constará “recursos hídricos”. Explicou que a área de
128 abrangência proposta são quatro Unidades de Gerenciamento (Alto Tietê, PCJ, Turvo
129 Grande e São José Dourados) e nos municípios que tiveram problemas de escassez
130 ou venham a ter no decorrer da vigência do programa; o público-alvo são as pessoas
131 jurídicas de direito privado e consumidores de água de sistemas de abastecimento
132 público, enquanto que o produto a ser entregue é a redução sustentável da demanda
133 pelo uso da água. A proposta se enquadra nos Programas de Duração Continuada
134 (PDC) do Plano Estadual de Recursos Hídricos a saber: PDC 2 e PDC 5, sentido
135 passíveis de apoio ações de substituição de equipamentos e melhoria dos processos
136 industriais e irrigação, perfuração de poços profundos, melhoria nas instalações e
137 substituições de equipamentos hidrossanitários. Com duas linhas de financiamento:
138 (i) Linha de financiamento A: cerca de R\$ 42 milhões, com taxa de juros variável
139 pelas regras do mercado financeiro, com limite mínimo de R\$ 50 mil e máximo de R\$
140 5 milhões; (ii) Linha de financiamento B: destinado a empresas de pequeno e médio
141 porte econômico com juros de 0% a.a, se houver cumprimento pleno do prazo
142 programado, atraso até 30 dias com juros de 1,5% a.a, 3% a.a de 31 a 60 dias, 5%
143 de a.a. de 61 a 90 dias e atraso superior juros de mercado. No final do processo a
144 Agência de Fomento entregará relatório final demonstrando os resultados da redução
145 de demanda. Foram solicitados pequenos ajustes, com a concordância de todos ao
146 texto, e retomada a discussão sobre ampliação da área de abrangência. O Secretário
147 Executivo sugeriu que a área de abrangência continue como proposto, nos primeiros
148 seis meses, após o que, havendo saldo no Programa os pleitos estariam abertos a
149 todo Estado, sendo a sugestão acatada por todos. A proposta colocada foi em
150 votação, com os ajustes discutidos, e aprovada com o voto de abstenção do
151 Conselheiro José Alberto Gimenez, Prefeito de Sertãozinho.

152 **4.4) Deliberação COFEHIDRO nº 156, de 23 de julho de 2015 que “Aprova as**
153 **propostas orçamentárias para o ano de 2016 e para o Plano Plurianual – PPA**
154 **2016-2019”.**

155 Foi esclarecido pelo Secretário Executivo que de acordo com o Decreto do
156 FEHIDRO, em seu artigo 6º, inciso VI, o Conselho deve aprovar as propostas de
157 alocação de verbas orçamentárias para o FEHIDRO. Desta forma a apresentou a
158 proposta. Na sequência a Deliberação foi colocada em votação e aprovada por
159 unanimidade.

160 **4.5) Deliberação COFEHIDRO nº 157, de 23 de julho de 2015 que “Aprova**
161 **alterações no Manual de Procedimentos Operacionais para Custeio”.**

162 A Prefeita de Piquete Ana Maria Gouvea fez observações sobre as despesas de
163 transporte e vinculação do executor ao CNPJ e reivindicou o custeio para o

164 comparecimento de membros da Sociedade Civil Organizada que não detém
165 recursos a fim de que possam participar dos eventos nos CBHs, apoiada pela
166 Prefeita de Guarujá Maria Antonieta de Brito e por Cláudio Bedran da ONG Planeta
167 Verde. Anícia Baptistello Pio pela FIESP concluiu que o item VI sobre reforma de
168 bens móveis e imóveis da sede da Secretaria Executiva não deveria custear uma
169 nova sede. O Secretário esclareceu que os motivos e despesas estão bem
170 justificados, com detalhes atendendo os procedimentos legais que cabem ao
171 exercício da atividade do servidor público estadual e que as reformas de bens móveis
172 e imóveis deve se restringir às melhorias de condições de trabalho apenas para a
173 sede das Secretarias Executivas. O Presidente prometeu conversar com os
174 Deputados da ALESP a fim de encontrarem formas legais para aprimorar a Lei que
175 possibilita o custeio de participação no sistema para os membros do segmento
176 Sociedade Civil Organizada. A Deliberação foi colocada em votação e aprovada por
177 unanimidade.

178 **4.6) Deliberação COFEHIDRO nº 158, de 23 de julho de 2015 que "Aprova**
179 **alterações no Manual de Procedimentos Operacionais para Investimento".**

180 O Secretário esclareceu que o FEHIDRO, como já mencionado na reunião, carece de
181 ampla reformulação, desta forma a proposta trata apenas de alguns itens
182 selecionados. Porém diversos itens, incluindo a forma de redação, entraram em
183 debate, como por exemplo item 2.4.1 acrescentar Plano Diretor de Drenagem e, em
184 todos os outros onde fossem mencionado o Plano Diretor. No item 3 as Câmaras
185 Técnicas não poderiam avaliar e aprovar os empreendimentos, a aprovação cabe à
186 plenária do CBH. O Item 3.2 sobre Apresentação e tramitação de pedidos de
187 financiamentos, gerou diversos entendimentos sobre o Edital de Chamamento de
188 forma que ao final dos debates foi proposta a redação "Acompanhada da
189 documentação técnica e financeira discriminada nos anexos deste Manual bem como
190 as demais exigências definidas previamente pelo CBH." No Item 5 foi esclarecido que
191 um tomador pode voltar a pleitear recursos no exercício seguinte, foi sugerida a
192 redação "O empreendimento contratado que for cancelado." O que gerou debates
193 sobre o conceito "cancelado", quando foi proposta a redação "O empreendimento
194 indicado e não contratado.", porém houve entendimento que só o termo "O
195 empreendimento indicado" contemplava. O Prefeito Gimenez disse que o item 3.1.3 a
196 3.1.6 dava poderes para indicar programas especiais de fomento utilizando total ou
197 parcialmente as verbas descritas, entrando em contradição ao pronunciamento inicial
198 do Presidente. O Presidente esclareceu que era um procedimento apenas para
199 implementar o Programa Especial, aprovado anteriormente, mas não concedia
200 poderes maiores, devendo, em cada caso, ser submetido ao Conselho. Cláudio
201 Bedran entregou documentação ao Presidente e solicitou dispensa de contrapartida
202 para a Sociedade Civil sem fins lucrativos e reconsideração sobre a vinculação de
203 viveiros de mudas com área reflorestada. Lurdes Torres pela Secretaria de Meio
204 Ambiente esclareceu que o vínculo era só para o primeiro ciclo do viveiro como forma
205 de garantir o benefício. No item 6.3 que justifica os Procedimentos de Inadimplência
206 foi solicitado flexibilidade no entendimento que caracteriza infração ambiental, pois na
207 prática muitas vezes é cancelada mediante comprovação do então infrator. O
208 Presidente propôs deixar como estava e suspender o assunto delegando à Secretaria
209 Executiva melhor análise confeccionando uma proposta mais adequada. Antonio Vaz
210 Serralha pela Secretaria da Fazenda considerou que a dispensa de contrapartida
211 poderia ferir a isonomia e deveria sofrer análise à luz dos outros segmentos. O
212 Presidente acatou o pedido de análise, e não havendo impedimento nenhum a

213 Secretaria só então poderá implementar a proposta do Conselheiro Cláudio.
214 Finalmente, o item 3-Processo de financiamento FEHIDRO, gerou amplos debates,
215 notadamente sobre valores mínimos e máximos, a quantidade de projetos
216 apresentados, a realidade diferenciada dos 21 CBHs no Estado, e a proposta
217 alternativa da secretaria com 6 empreendimentos para cada 50.000 UFESPs,
218 aproximadamente R\$ 1 milhão de reais, com valor médio aproximado de R\$ 180.000
219 e mínimo 2400 UFESP equivalendo a aproximadamente R\$ 50.000. O Presidente
220 deixou claro ao comunicar que a intenção não era para penalizar um ou outro CBH
221 mas para dar mais eficiência aos recursos FEHIDRO. O Secretário Executivo propôs
222 enviar a todos CBHs o relatório do levantamento dos últimos 5 anos com o número
223 médio de indicações valor médio por Comitê e na média estabelecer uma meta de
224 redução do número de indicações por Comitê. Foi considerado que o índice de 30%
225 seria razoável. Ao final houve consenso pela necessidade de aprimorar a aplicação
226 dos recursos do FEHIDRO, de modo a trazer benefícios para as bacias hidrográficas,
227 assim como evitar a pulverização de recursos. A Deliberação foi aprovada, devendo
228 constar (i) Aprovados os limites para o número máximo de indicações para utilização
229 das verbas anuais definidas pelo Plano de Aplicação Anual, a partir de 2016,
230 constando como Anexo I da Deliberação os limites para o número máximo de
231 indicações de projetos utilizarem as verbas FEHIDRO, (ii) Aprovada a nova redação
232 do Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento constante no Anexo
233 desta deliberação delegando revisão de redação para SECOFEHIDRO, mantendo-se
234 o conteúdo aprovado.

235 5. ENCERRAMENTO

236 Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos
237 e deu por encerrada a reunião.



238 **Benedito Braga**
239 Presidente do COFEHIDRO



240 **Rui Brasil Assis**
241 Secretário Executivo do COFEHIDRO